

Produção de Natureza: Quando incluiremos a biodiversidade no processo de desenvolvimento?

Clovis Ricardo Schrappe Borges¹

Avanços existem e devem ser reconhecidos

Embora insuficientes e ainda com muitas lacunas mal resolvidas, são incontestáveis os avanços relacionados com alguns dos temas voltados ao meio ambiente. Nas últimas décadas, evoluiu de forma significativa o arcabouço legal que rege muitas das atividades de produção. Surgem premissas e condicionantes para o licenciamento de empreendimentos, o melhor monitoramento aumenta o controle da poluição e das outras práticas que causam impactos expressivos ao meio ambiente, permitindo o estabelecimento de condições de produção e de trabalho que diminuem níveis de insalubridade e de danos ambientais.

Há muitos exemplos que demonstram a melhor condição de vida a partir de incontáveis mudanças nos padrões de produção e de consumo que norteiam nossas vidas. A cada dia surgem novas tecnologias que permitem a obtenção de maior produtividade em processos industriais a partir do uso mais qualificado e inteligente de matérias primas. Subprodutos até pouco tempo geradores de sérios impactos ambientais em função de seu descarte na natureza são cada vez mais controlados ou utilizados como insumos para o desenvolvimento de novos produtos, gerando receitas adicionais e minimizando efeitos negativos ao meio ambiente.

Todas estas situações reais de melhorias devem ser reconhecidas: a capacidade de produzir mais, degradando menos a natureza. Também é animador perceber que existe uma capacidade de evolução inesgotável para seguirmos mitigando os impactos de nossas atividades e são realmente muito valiosos os resultados que temos alcançado.

¹ Graduado em Medicina Veterinária com Mestrado em Zoologia pela UFPR, Clóvis Ricardo Schrappe Borges, é um dos fundadores e diretor-executivo da SPVS (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental).

O complexo processo de gerar mudanças

As grandes conquistas estabelecidas foram fruto de um longo e complicado processo de esclarecimento da sociedade. Evidenciando, sobretudo, os custos altos pagos pelos prejuízos decorrentes da má gestão ambiental. Muito embora o conhecimento científico tenha sido um propulsor de novas formas de produção e oportunidades de negócios, em geral agimos provocados pelo aparecimento de problemas críticos de ordem social e econômica pelo do mal uso de matérias primas.

Mas a lógica, a coerência e o amparo científico nem sempre são suficientes para a efetivação de alterações de rumo, mesmo que criticamente necessárias. As influências políticas para a não implementação de novas posturas frente à exploração dos recursos naturais podem representar uma estagnação extremamente perniciososa. Esta é uma prática muito mais comum do que pode imaginar. Em verdade, convivemos com a manutenção de uma longa série de processos deletérios ao meio ambiente, mesmo com soluções tecnológicas disponíveis e economicamente viáveis.

Influências políticas com base em argumentações de cunho econômico e social, muitas vezes regadas a práticas negacionistas e com propaganda sem fundamento consistente geram antagonismo entre a sociedade e os temas voltados a melhoria do meio ambiente. Uma queda de braços entre a manutenção de negócios de alto impacto ambiental (supostamente lucrativos, se não forem contabilizados os prejuízos coletivizados dos impactos ambientais e sociais que causam) e o que deveria representar o interesse maior da sociedade.

Não obstante, um cenário persistente de profundas desigualdades, crescimento populacional e maiores demandas de consumo confirmam um gigantesco passivo em nossas expectativas de melhor balanço entre o quanto exploramos e poluímos o planeta, mesmo considerando avanços tecnológicos, e o quanto ele consegue suportar em termos de agressões que lhe são impostas. Uma mudança de cenário na agenda global em busca pela sustentabilidade é ainda uma meta distante.

Além disso, processos de obsolescência programada e a popularização universal de equipamentos eletrônicos e outros bens de consumo abrem novas frentes de alta complexidade para equacionamento dos impactos ambientais causados pelo contínuo

aumento da produção, demandando níveis crescentes de pressão sobre o meio ambiente. Mesmo porque sabemos muito bem que não existem recursos infinitos para atendimento de demandas ilimitadas.

Sustentabilidade é muito mais do que melhorar processos

Os elementos trazidos por esta introdução acima já seriam bastante desafiadores para a busca de um equacionamento entre as necessidades e ambições da humanidade e a saúde do planeta. Mas exploramos até agora uma visão limitada sobre o que denominamos “meio ambiente”.

O tema primordial a ser explorado neste texto diz respeito ao elemento base que dá suporte a todos os demais esforços na área ambiental: é o conceito de “produção de natureza”. Apesar do enorme conhecimento que possuímos sobre os efeitos da contínua degradação das áreas naturais, das inúmeras evidências que comprovam seus impactos negativos, e de uma situação já dramática na maioria das regiões do mundo, incluindo o Brasil, negligenciamos de forma grosseira e irresponsável um dos elementos fundamentais para a manutenção de nossa civilização.

Embora recente, o termo produção de natureza facilita um melhor entendimento de que dependemos dos serviços prestados pela natureza a partir de existência, conservação e uso de áreas naturais. Abrir mão deste arcabouço de sustentação representa um comprometimento gradativo de nossa busca por melhorias de qualidade de vida, juntamente com condições adequadas para o desenvolvimento econômico.

Precisamos de territórios protegidos, com toda sua biodiversidade. Esta é a única maneira para se manter o funcionamento pleno da natureza. Estes espaços, ao contrário do que infere rotineiramente a maioria das pessoas, são áreas de intensa produção. E quanto melhor o nível de proteção presente, mais abundante e qualificada a geração de insumos básicos para garantir nossa sobrevivência.

A arrogância que subjuga a necessidade premente de conservar a natureza

Considerar os produtos gerados pela natureza um bem disponível, sem qualquer necessidade de contrapartida, representa uma atitude sem nenhuma lógica. Um ledor engano que nos coloca em posição de ignorar limites que precisam ser respeitados.

Apesar das muitas evidências sobre os prejuízos decorrentes desta contínua degradação, temos mantido um comportamento que aposta cegamente que a natureza aportará indefinidamente, não importa quantas agressões estivermos realizando contra ela.

Não faltam lições duras a respeito da exaustão dos recursos naturais ao longo da história da humanidade, que experimenta nos dias atuais uma versão globalizada de uma crise que ocorre agora em âmbito planetário. As mudanças climáticas somadas à perda da biodiversidade são fenômenos reais e que se potencializam entre si. Representam, sem a menor dúvida, o maior desafio ambiental e civilizatório deste século, o que nos leva a inferir que praticamente de nada adiantam nossas conquistas em busca da sustentabilidade atendendo tão somente pontos de relevância secundária.

Se não conseguirmos estabelecer um trabalho ordenado em busca de combater e mitigar os efeitos das mudanças climáticas e buscar ações efetivas para conter a perda gigantesca e contínua de áreas naturais e da biodiversidade, continuaremos num movimento que aportará situações cada vez mais graves, com riscos expressivos de entrarmos em condição de colapso ambiental de todo o planeta.

Não levar em conta o que estamos realizando com o patrimônio natural, e suas muitas conseqüências, econômicas, sociais e ambientais, é uma recusa em assimilar a realidade dos fatos. Assim fazendo, estamos adotando como prática uma postura de ignorar riscos de perdas que se mostram cada vez mais acentuadas e evidentes. Embora profundamente incoerente e irresponsável, é assim que se comporta grande parte da sociedade, de forma praticamente indistinta.

Uma agenda vital historicamente sem apoiadores

Usando como exemplo o que vem ocorrendo no Brasil ao longo das últimas décadas, e especialmente o atual momento, é possível perceber que nunca existiram realmente instâncias influentes de nossa sociedade que tenham defendido de maneira adequada a proteção do patrimônio natural brasileiro. Nenhum grupo setorial, seja representativo de classes de trabalhadores, seja de representantes de corporações em suas diversas linhas de atuação, incorporou, de fato, uma atenção maior em relação a proteção de áreas naturais em nosso país.

Biomassas como a Mata Atlântica, Caatinga, o Cerrado e os Pampas vem sendo destruídos ano a ano, mesmo com uma situação de fragmentação e perda de biodiversidade em uma enorme parcela do território que originalmente era ocupado por esses ambientes. A seqüência de intervenções baseadas no extrativismo predatório e ilegal avança sobre o Pantanal e sobre a Amazônia num contínuo que não parece ter mais condições de controle.

Os valiosos esforços de conservação de áreas naturais no Brasil são uma obra conjunta que passa pela criação de Unidades de Conservação públicas e também em frações protegidas em propriedades privadas. Este é um caminho virtuoso e estrategicamente fundamental, mas que demanda ainda enorme esforço para obtenção de resultados em maior escala, com maior respeito à legislação e o efetivo reconhecimento da relevância destas áreas.

Todo este trabalho já realizado precisa de manutenção e de substancial incremento, com demandas de proteção dos remanescentes existentes e de restauração de áreas já degradadas de forma ilegal e em locais inadequados.

Com o cenário atual apontando justamente para na direção contrária, com constatações crescentes de ações de degradação da natureza ocorrendo no Brasil, causando comoção praticamente em todo o mundo, talvez abra-se espaço para uma reflexão mais profunda de parte dos atores da sociedade que até aqui relegaram a segundo plano esta agenda.

Um futuro que depende cada vez mais de mudanças de comportamento em relação ao patrimônio natural.

Os efeitos negativos da degradação da natureza podem ser observados de duas maneiras: em situações crônicas, como ocorre com a destruição paulatina de áreas naturais, gerando situações crescentes de indisponibilidade de serviços ecossistêmicos, como a água. Mas também existem os casos agudos, onde repentinamente eventos climáticos podem trazer impactos na forma de grandes tempestades e inundações, por exemplo. Ou ainda os desequilíbrios ambientais abrindo caminho para o aparecimento de novas doenças, que surgem de uma hora para outra.

Como tem sido informado por fontes confiáveis, o advento da pandemia que estamos vivendo tem todos os indicativos de ser decorrente do desequilíbrio ambiental. O alto preço que vem sendo pago, especialmente com a perda de milhares de vidas, também gera reflexos de enorme impacto na economia. Para fazer frente a esta condição inesperada e extremamente grave a sociedade assimilou com enorme sacrifício e em curtíssimo prazo, uma alteração de comportamento sem precedentes.

Concomitantemente com esta luta de extrema complexidade, aqui no Brasil, o cenário envolvendo a agenda da proteção do patrimônio natural sofre uma derrocada a partir de um incremento de grande escala em ações de desmatamento, mineração e queimadas, indicando uma tendência de retrocesso das forças políticas e de grupos setoriais, que incrementa a tese do desenvolvimento a qualquer custo.

Enquanto isso, um amplo conjunto de iniciativas no mundo todo especula sobre uma oportunidade de mudanças de rumo no que diz respeito a nossa forma de agir em relação ao tema ambiental. Uma perspectiva de uma nova economia “pós-pandemia” vem sendo abordada como oportunidade para avanços mais significativos na agenda em busca da sustentabilidade. Uma visão diferenciada para estimular negócios e melhorar a qualidade de vida a partir do estabelecimento de novos parâmetros de desenvolvimento, em direção bastante distinta de nosso cenário interno atual.

Indicativos como os recentes pronunciamentos de desconforto e descontentamento com a política ambiental brasileira demonstrada publicamente por grandes grupos de investidores e de corporações nacionais e multinacionais sinalizam para uma possibilidade de que não seja tão utópica uma mudança de rumos em nosso país.

É evidente que reclamações pontuais e não suficientemente enfáticas, de nada adiantarão, representando tão somente um jogo de cena. Mas se o exemplo de posturas sem precedentes como estas puderem permitir a amplificação de reações capaz de proporcionar uma agenda de ampla participação e que mereça o apoio de toda a sociedade, teríamos uma perspectiva real de avanços, incluindo a incorporação do patrimônio natural como integrante indissociável dos negócios e da qualidade de vida. Um caminho desafiador e improvável. Mas, ainda assim, criticamente necessário.